

1 Uma versão deste artigo, com alterações e sem a perspectiva autoetnográfica, foi apresentada no modo assíncrono do 8º Congresso Internacional Media Ecology and Image Studies, ocorrido virtualmente de 10 a 13 de novembro de 2025. Não houve ainda publicação nos anais.

Ser mãe e jornalista no Brasil: uma análise social e autoetnográfica¹

Being a mother and journalist in Brazil:
a social and autoethnographic analysis



Este é um artigo publicado em acesso aberto (*Open Access*) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

CRISTINE GERK

orcid.org/0000-0003-4948-6200

Universidade Federal
do Rio de Janeiro (UFRJ)
Rio de Janeiro (RJ). Brasil.

RESUMO:

Este artigo propõe uma reflexão sobre os desafios enfrentados por mães jornalistas no Brasil, a partir de uma perspectiva autoetnográfica, defendida por autores como Amanda Coffey. Como mãe e jornalista, a autora do artigo apresenta exemplos das dificuldades enfrentadas no seu cotidiano profissional. O estudo apoia-se também em dados de entidades como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), que ilustram a disparidade de gênero no mercado de trabalho brasileiro, situação agravada durante a pandemia de Covid-19. Os dados são interpretados com base em pesquisadores que estudam o tema, como a vencedora do Prêmio Nobel Claudia Goldin. Propõe-se também uma dimensão historiográfica, ao relembrar histórias de mulheres do passado envolvidas com o jornalismo, que enfrentaram preconceito e a falta de apoio, como Prisciliana Duarte de Almeida e Gilka Machado.

PALAVRAS-CHAVE:

Jornalismo; Maternidade; Desigualdade

ABSTRACT:

This article proposes a reflection on the challenges faced by mothers and journalists in Brazil, from an autoethnographic perspective, defended by authors such as Amanda Coffey. As a mother and journalist, the author of the article gives examples of the difficulties faced in her daily professional life. The study is also supported by data from entities such as the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and the Brazilian Association of Investigative Journalism (Abraji) that illustrate the country's gender disparity in the job market, a situation worsened during the Covid-19 pandemic. The data is interpreted with the help of researchers who study the topic, such as Nobel Prize winner Claudia Goldin. A historiographical dimension is also proposed, recalling stories of women from the past, involved in journalism, who suffered from prejudice and lack of support, such as Prisciliana Duarte de Almeida and Gilka Machado.

KEYWORDS:

Journalism; Maternity; Inequality

INTRODUÇÃO

Poucas horas de sono, mas os sonhos seguem despertos em sua bela jornada com a realidade. É preciso estar atenta e forte para dar conta dos sonhos na falta de sono, dentro e fora de casa, dia ou noite. Atenta para acordar durante a madrugada, para atender às demandas da minha filha mais nova, com três anos. O despertar pela manhã é sempre bem cedo, para preparar o café da manhã dela e do irmão mais velho, de sete. Durante o dia, não há tempo para cochilos – sejam literais ou simbólicos. Quem é jornalista e mãe, como eu, sabe que a pauta principal de todos os dias é cuidar da rotina dos filhos e da organização da casa, antes de correr para a redação do jornal, onde, muitas vezes, fico até as 23 horas. No meio do caminho, há ligações sobre pautas e mensagens com perguntas. Também dou aulas de jornalismo. Muitas vezes, com uma filha no colo e o outro sentado do lado, estou preparando aulas, corrigindo trabalhos e dormindo em pé. Ou escrevendo este artigo.

Isto é um artigo? Sim! A academia não é apenas um lugar de distância teórica. A academia é lugar de gente. E, acima de tudo, é lugar de mãe. A redação também é lugar de mãe. Eu, como mãe, ocupo os lugares que sinto ter o direito (e a vontade) de ocupar. Mas dizer que é fácil, não posso. É preciso, cada vez mais, abandonar a distância para tomar com as mãos (e as mães) esse assunto. Este é o objetivo deste texto.

A maternidade é uma jornada repleta de realizações, mas equilibrar responsabilidades familiares com as demandas profissionais é um desafio para a grande maioria das mães no Brasil, em suas múltiplas áreas de atuação. Dados do IBGE (Nery; Britto, 2023) mostram que, em 2022, as mulheres trabalhadoras dedicaram cerca de sete horas por semana a mais do que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas.

A desigualdade racial e social, evidentemente, é um fator decisivo nessas estatísticas. Algumas mães possuem rede de apoio – paga ou não –; outras estão sozinhas. Algumas têm o privilégio de ficar em casa porque assim o desejam; outras, por falta de opção, precisam sair para garantir a renda do lar. Muitas desejam ocupar espaços no mercado de trabalho, mas são forçadas à exclusão. As opressões que recaem sobre mulheres negras e pobres no país (dentre outros marcadores identitários) são, muitas vezes, inibidoras desse desejo legítimo de ocupar espaços na esfera produtiva, em articulação com o exercício da maternidade.

Embora as realidades sejam distintas, ao ocupar o mercado de trabalho, a mulher brasileira, de maneira geral, tende a encarar uma jornada dupla – dentro e fora de casa. Ao deixar de lado a vida profissional para se dedicar ao lar, o dia a dia se torna o trabalho, apesar da falta de reconhecimento e suporte. Entre adversidades e superações, milhares de mulheres brasileiras precisam enfrentar um verdadeiro malabarismo para criar seus filhos e trabalhar. O jornalismo é uma profissão caracterizada por ritmo acelerado, horários imprevisíveis, alta competitividade e exigência de constante disponibilidade. Quando essas profissionais tornam-se mães, enfrentam ainda mais obstáculos para manter-se ativas e crescer na carreira. A ausência de políticas institucionais que considerem as

especificidades da maternidade e a falta de suporte estrutural e emocional levam à sobrecarga física e psicológica.

A solidão para dar conta desta tarefa é uma realidade para uma parcela significativa dessas mulheres. De acordo com uma pesquisa de 2022 do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Praser, 2023), mais de 11 milhões de mães no Brasil criam seus filhos sozinhas. O aumento de 1,7 milhão de mulheres nessa situação na última década, em sua maioria negras, destaca a necessidade de políticas sociais que proporcionem suporte e promovam equidade para essas mães, especialmente nas regiões Norte e Nordeste. Além disso, foi constatado que 72,4% delas enfrentam a jornada sem rede de apoio. De acordo com outra pesquisa de 2021, realizada pelo IBGE (Cabral, 2021), a presença de crianças com até três anos de idade nos domicílios tem relação com a menor inserção ocupacional das mulheres.

² Disponível em <https://www.oxfam.org.br/forum-economico-de-davos/tempo-de-cuidar/>. Acesso em 11 nov. 2024.

Os dados ganham força com o estudo *Tempo de Cuidar*², produzido em 2020 pela Oxfam Brasil. Segundo a pesquisa, mulheres e meninas dedicam em torno de 12,5 bilhões de horas diárias ao cuidado, recebendo baixa ou nenhuma remuneração pelo serviço. Um dos exemplos trazidos é de que mulheres gastam, em média, 21,3 horas semanais em afazeres domésticos, contra 11,7 horas dos homens. Em 2023, o tema da redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) fez com que os quase 3 milhões de estudantes presentes na prova refletissem justamente sobre “Desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil”. A prova reconheceu a questão como um problema duradouro na sociedade brasileira, levando para o debate público suas origens e suas possíveis soluções.

³ Propostas que aumentam o período de licença-paternidade estão previstas para serem votadas no segundo semestre de 2025 pelo Senado.

Além da sobrecarga de trabalho, que une as esferas pública e privada, as mulheres ainda enfrentam dificuldades salariais. Segundo dados do IBGE de 2022 (Dyniewicz, 2022) elas recebem, em média, 78% do salário de homens, apesar de ocuparem o mesmo cargo. Outro desafio é a disparidade na licença maternidade e paternidade. Enquanto mulheres recebem 120 dias de licença, homens têm direito a apenas 5 dias a partir do nascimento de um filho³. Tal diferença reforça o paradigma de que a função do cuidado dos filhos é um papel feminino. Além disso, 56% das mulheres foram demitidas ou conhecem alguém que foi desligada após tirar licença maternidade, de acordo com levantamento feito em 2023 pelo site Empregos.com.br (Lima, 2023).

⁴ Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html>. Acesso em 10 fev. 2025.

Não é possível falar de gênero sem outros marcadores. A ideia de servidão, por exemplo, é ainda mais latente quando se fala de mulheres negras, já que a posição de estar a serviço, no Brasil, carrega uma história relacionada à escravidão. Muitas mulheres brancas que conseguem manter seus trabalhos fazem isso delegando o trabalho doméstico a outra mulher – geralmente uma mulher negra, periférica – que também delega o cuidado de seus filhos a outras mulheres, como as avós das crianças. De acordo com a PNAD de 2022⁴, 5,8 milhões de pessoas se ocupavam de trabalho doméstico remunerado, sendo 92% mulheres e 61,5% mulheres negras. Essa é a categoria que mais emprega mulheres no Brasil, principalmente negras com baixa escolaridade.

Há também uma desigualdade etária. Dados expostos no estudo *Raça, gênero e imprensa: quem escreve nos principais jornais do Brasil*, publicado em 2023 (Poema; Júnior; Lemos; Mina, 2023), revelam o perfil dos jornalistas que escrevem para os principais jornais do país – Estadão, Folha de São Paulo e O Globo. Em média, há uma proporção superior a 60% homens e inferior a 40% mulheres. Além disso, as mulheres se concentram em faixas etárias mais jovens, ao passo que os homens predominam nas faixas a partir de 50 anos. A maior disparidade de gênero nas autorias apareceu em assuntos relacionados a esportes, com apenas 17% de autorias femininas. Os homens brancos são predominantes em todas as categorias de assuntos, seguidos pelas mulheres brancas, em segundo lugar com proporções muito acima de homens e mulheres negras. Há uma intensa desigualdade no que tange aos espaços de opinião (colunistas) em prol do gênero masculino. No jornal O Globo, por exemplo, essa diferença é da ordem 42 pontos percentuais.

A história de um país, de uma sociedade, é contada e figura na memória coletiva principalmente por meio do jornalismo profissional. Mas, se não são as mães jornalistas que narram essa história, como o debate sobre ser mãe e profissional pode avançar no sentido de mudar a estrutura machista que rege as relações de trabalho? Quem produz opinião e constrói narrativas na grande mídia?

Todos esses dados mostram que não apenas as jornalistas, mas as mulheres em geral sofrem sobrecarga e falta de reconhecimento na dura ‘missão’ de criar os filhos enquanto buscam seu lugar ao sol no mercado de trabalho. Esta problemática vem de uma longa tradição de preconceito e desamparo, mas, finalmente, e cada vez mais (embora ainda longe do ideal), esta situação tem deixado de ser naturalizada e passa a ser questionada na sociedade machista e patriarcal em que vivemos. Este artigo pretende colocar o tema em debate, dando voz justamente a quem sente na pele as letras forjadas no papel: uma autora mãe e jornalista.

SER (SOU) MÃE E PROFISSIONAL NO BRASIL

Proponho, neste trabalho, a combinação de três frentes metodológicas. A primeira delas é a autoetnografia. Pretendo empreender a escrita de um diário para registrar, no período de três meses, como a maternidade afeta o meu dia a dia de trabalho e de que maneira contorno os desafios encontrados. Em seguida, a proposta é sistematizar essas anotações e analisar o que escrevi. Aqui, neste artigo, apresento apenas as reflexões que constituem meu ponto de partida, escritas já neste mesmo diário como as observações-chaves da minha jornada de 19 anos atuando como editora em redações de jornais do Rio de Janeiro e, há sete anos, conciliando esta jornada com a maternidade. Registrei nesse diário as principais reflexões que tive nos últimos sete anos ao observar indicadores importantes do impacto da maternidade para a mulher jornalista, após me tornar mãe.

A autoetnografia é estudada hoje por autores como Sílvio Matheus Santos (2017), que defende que o relato biográfico individual é um meio para melhor caracterizar a situação de trabalho da perspectiva dos agentes que dela

participam. O pesquisador torna-se um observador na sua própria situação de trabalho, o que é extremamente relevante para o objeto pesquisado. Trata-se de construir um relato sobre um grupo de pertença a partir da ótica de quem escreve, atribuindo à refletividade sobre a própria contribuição, influência e avaliação um papel central.

Outros autores, como Amanda Coffey (1999), demonstram que o empreendimento etnográfico é sempre, em algum grau, autoetnográfico, já que o *eu* do etnógrafo – suas memórias e experiências – está sempre imbricado no processo de investigação. A autoetnografia configura-se como uma abordagem que reconhece e envolve a subjetividade, a emoção e a perspectiva do pesquisador sobre o objeto de estudo, reconhecendo sua condição de *insider* em relação ao tema e ao campo. Não deve ser utilizada como método único, mas pode atuar como abordagem complementar extremamente rico, como proponho neste trabalho.

É importante ponderar que o caminho metodológico da autoetnografia também tem desafios, por exemplo, como as *preocupações relacionais*, o medo de ofender um grupo ao qual se pertence ou de perder o emprego por criticar a empresa da qual se faz parte. A autoetnografia também se choca com algumas concepções tradicionais da pesquisa científica, sobretudo no que tange ao ideal de *neutralidade* no desenvolvimento da investigação. Mas, concordando com Santos (2017), entendo que, se o pesquisador reconhece os processos mais subjetivos que o levam para o tema e valoriza sua própria experiência como um dos principais fatores propulsores da investigação, sua pesquisa não deixa de ter valor científico. Ao contrário, o reconhecimento dessas questões amplia a lente de investigação e possibilita resultados ainda mais consistentes. É apenas com a coragem de ser e de pertencer que podemos estranhar nossos hábitos e desafiar nossas percepções, criando novas memórias, como sugeriu Bergson (1999).

A autoetnografia aqui não é o fim, mas o começo – a primeira etapa de um processo, permeado por múltiplos partos: de filhos, de pesquisas, de novas mulheres que renascem a cada nascimento. Parto, enfim, de uma perspectiva autoetnográfica para empreender uma análise abrangente, que envolve metodologias associadas, com a missão de compreender quem é e como vive (e sobrevive) a mãe jornalista no Brasil, tendo como estudos de caso profissionais do Rio de Janeiro, onde me situo.

Na segunda frente de trabalho, iniciada no segundo semestre de 2025, no âmbito de uma pesquisa de pós-doutorado na Escola de Comunicação da UFRJ, irei entrevistar presencialmente mães jornalistas que moram no Rio de Janeiro, em diferentes situações e momentos da vida profissional. A meta é fazer entrevistas semiestruturadas com dez mães jornalistas, cada uma representando uma realidade distinta da mãe jornalista em atividade na contemporaneidade. O objetivo é reunir mulheres de diferentes idades e raças, em distintos postos de trabalho e momentos da carreira, para compreender as nuances que atravessam a análise dos desafios da mãe jornalista.

A terceira frente metodológica é a revisão bibliográfica, que já apresento parcialmente neste artigo. Analiso aqui as contribuições de autores que pesquisam

maternidade e feminismo há muito tempo, e que se debruçam sobre o debate feminista acerca da maternidade na contemporaneidade, costurando essas análises com minhas reflexões iniciais do diário autoetnográfico e com os dados que recolhi sobre a realidade das mães jornalistas no Brasil neste século. O artigo propõe, portanto, o entrelaçamento entre dados, revisão bibliográfica e apontamentos iniciais do diário autoetnográfico.

É importante pontuar que, na dimensão autoetnográfica, não tenho a intenção de me posicionar como vítima. Tenho ampla consciência do meu privilégio como mulher branca, cisgênero, de classe média, casada com um homem participativo e que conta com rede de apoio. Mas na minha jornada como jornalista e mãe de dois filhos, tive e tenho dificuldades que certamente são agravadas quando vivenciadas por outras mulheres em situações mais frágeis que a minha, e cabe a mim bradar sobre esse tema já que tenho esta oportunidade, em nome de todas.

Trabalhar em redação de jornal é, tradicionalmente, cansativo. Horários estendidos, plantões de fim de semana, trabalhos nos feriados e horas extras não remuneradas são características frequentes da profissão vividas com maior dificuldade pelas mães jornalistas. E não há expectativa de mudança quando se é mãe – a não ser para pior. Trata-se de um ambiente competitivo e de intensa pressão, no qual não se pode errar e onde os prazos são sempre para ontem. Mas o que muda neste cenário, quando se trata de uma mãe, é que ela vem de noites sem dormir (trabalhando para cuidar de filhos) e esteve e estará, antes e depois do trabalho, trabalhando intensamente. E o pai? Não como ela. A mulher permanece responsável pela maior parte das decisões, dos planejamentos, das demandas. E isso cansa – acima de tudo – o cérebro, a máquina que deve estar ‘tinindo’ para o trabalho que a redação de um jornal exige.

Sendo assim, ao longo da minha carreira, sempre percebi no dia a dia o que mostram os dados: homens e, logo abaixo deles, mulheres sem filhos ocupam com frequência os postos mais altos das redações e recebem os correspondentes salários. Mulheres com filhos não teriam tempo para isso. – e isso é normalizado. Não deveria ser. Muitos destes homens, em posições hierárquicas superiores, têm filhos – e têm tempo e tranquilidade mental para crescer profissionalmente enquanto as crianças crescem. Minha percepção é também embasada em dados que demonstram a desigualdade de forma expressiva. A pesquisa *‘Mulheres no Jornalismo Brasileiro’* (Toste, 2018) mostra que 65,4% dos cargos de poder – como editores, coordenadores e diretores – estão ocupados por homens. De acordo com o Coletivo das Mulheres Jornalistas do SJPDF (Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal), das entrevistadas para o levantamento *‘Desigualdade de Gênero no Jornalismo’* (2020), 86,4% afirmaram que jornalistas negras têm menos chances de serem promovidas em meios de comunicação tradicionais⁵.

A ausência de referências femininas contribui para a perpetuação de um ‘teto invisível’, já que as mulheres, ao se tornarem mães, não se veem representadas nas posições de liderança e, portanto, não acreditam ser possível alcançar esse tipo de sucesso. Esse cenário é discutido por Hirata (2002), que aponta como as mulheres, ao não encontrarem reconhecimento ou apoio em suas carreiras

5 Disponível em <https://medium.com/de-uma-para-todas/mulheres-no-jornalismo-do-pioneirismo-aos-desafios-atuais-5cc1a39c5402>. Acesso em 10 fev. 2025.

após a maternidade, tendem a reduzir suas ambições, aceitando posições de menor prestígio e remuneração.

Tive a sorte de ter licença maternidade de seis meses nas minhas duas gestações. Mas, ao retomar o trabalho, meus bebês ainda eram pequenos e dependentes do seio materno – e isso não faz diferença no tempo nem no modelo de trabalho. Diariamente me via por banheiros e garagens da redação com bomba de leite na mão, tirando leite para levar para casa. Leite este que tinha que guardar na geladeira suja da marmita dos funcionários e torcer para que não fosse furtado (sim, aconteceu mais de uma vez). Tudo isso por não ter à disposição locais adequados para tirar e armazenar o leite do qual dependiam meus filhos. Várias vezes fiz esta solicitação e nunca fui atendida. E repito: não me canso de reconhecer meu privilégio. Por ter as informações para querer amamentar, por ter bomba extratora para tirar o leite e, acima de tudo, por ter emprego. Para uma mãe, não há medo maior do que justamente o de perder o emprego e não ter como sustentar as vidas que dependem de si. Isso também deveria ser considerado permanentemente nas corporações. Sabemos que não é.

Campos e Féres-Carneiro (2021) analisam, em seu estudo sobre o puerpério, como o retorno ao trabalho após o nascimento dos filhos é emocionalmente desafiador. Para muitas mulheres, a ideia de voltar ao trabalho após a licença-maternidade é marcada pela sensação de inadequação, não apenas pelo sofrimento psicológico, mas também pelas dificuldades estruturais enfrentadas para reintegrar-se ao mercado de trabalho. Ademais, a maternidade é frequentemente encarada como uma interrupção no desenvolvimento profissional da mulher. Leite (2017) salienta que as políticas institucionais nas redações frequentemente não oferecem as condições necessárias para que as jornalistas mães conciliem suas novas responsabilidades com as exigências da profissão. Na maioria das vezes, as empresas oferecem uma licença-maternidade padrão (de quatro meses), mas não se comprometem em criar um ambiente de trabalho favorável para o retorno dessas mulheres, seja com suporte psicológico, programas de acolhimento ou ajustes nas exigências do trabalho. Essa falta de políticas de apoio pode resultar em uma sensação de desconexão nas jornalistas mães, que acabam se sentindo excluídas do espaço profissional ao retornar de sua licença. Como resultado, muitas enfrentam dificuldades para retomar suas funções de forma plena e eficaz, o que impacta negativamente suas perspectivas de ascensão na carreira. As mulheres que voltam da licença-maternidade se deparam com desafios como sobrecarga de trabalho e, em muitos casos, a sensação de que devem provar seu valor – como se sua capacidade tivesse sido prejudicada pela maternidade.

Tenho muitas amigas jornalistas que relatam dificuldades para conseguir emprego após a maternidade – seja porque não conseguem atender as demandas do trabalho novo (devido às demandas dos filhos), seja por terem sofrido preconceito nos processos seletivos (“não se enquadram no perfil desejado”). Para empresas, considera-se *oneroso* arcar com licença-maternidade e faltas que decorrem do cuidado com os filhos. Isso sem falar na culpa constante sentida pelas mulheres ao lidar com as demandas profissionais tendo que delegar o

cuidado dos filhos a outras pessoas. Muitas acabam desistindo de suas carreiras e têm enorme dificuldade de voltar ao mercado de trabalho posteriormente.

Quando meus filhos ficam doentes, sempre tenho que levar a médico, garantir que sejam cuidados e que tomem os remédios. Naturalmente, filhos pequenos em ambiente escolar adoecem com frequência. Esse processo também compromete meu rendimento profissional. Na maioria dos casos, trata-se de uma tarefa e um ônus que recaem sobre as mães – e não sobre os pais. Embora dê conta, tenho mais dificuldade do que muitas outras mulheres e, sobretudo, homens em lidar com prazos apertados, em razão da falta de tempo disponível e do cansaço mental decorrente da rotina. Trabalhar fora do horário regular, por exemplo, é para mim impossível. Naturalmente, isto não deveria nem ser cogitado, mas é dessa forma que muitos homens constroem sua trajetória profissional de sucesso.

O PROBLEMA NÃO É DE HOJE

Mulheres ganham menos e trabalham mais. Este é um dos temas de estudo da vencedora do Prêmio Nobel de Economia de 2023, Claudia Goldin. Para a terceira mulher premiada na história da honraria, a razão da disparidade salarial e de oportunidades entre homens e mulheres está baseada na visão de que a criação dos filhos está associada principalmente ao mundo feminino (Goldin, 1990).

Durante séculos, as mulheres foram restritas ao lar, desempenhando funções relacionadas à gestão da família e ao cuidado com a casa. Segundo Perrot (2005, p. 47), “a divisão sexual do trabalho sempre colocou a mulher em uma posição subordinada, relegada a tarefas não remuneradas e de menor prestígio”. A Revolução Industrial, iniciada no século XVIII, foi um marco no processo de inserção das mulheres no mercado de trabalho fora do ambiente doméstico. Entretanto, a inserção inicial das mulheres no mercado industrial era cercada por condições precárias, pois eram submetidas a longas jornadas e salários inferiores aos dos homens, logo, eram uma mão de obra mais produtiva e mais barata do que a masculina (Scott, 1990).

No início do século XX, o setor de serviços ganhou força e chamou, mais uma vez, as mulheres ao mercado de trabalho. Também foi nesse período que o nível de educação das mulheres passou a crescer, ultrapassando, inclusive, os níveis de escolaridade dos homens em países desenvolvidos. Goldin (1990) demonstrou que o acesso à pílula anticoncepcional teve um importante papel para a aceleração dessa participação, já que ofereceu maior possibilidade de planejamento da vida e da carreira.

Historicamente, grande parte da disparidade salarial entre homens e mulheres poderia ser explicada por diferenças na educação e nas escolhas profissionais. Contudo, Goldin (1990) demonstrou que a maior parte dessa diferença de rendimento ocorre atualmente entre mulheres que exercem a mesma profissão, mas surgem em grande parte com o nascimento do primeiro filho.

As mulheres são necessárias para manter os indivíduos produtivos economicamente, o que o torna valoroso com enorme poder monetário. Isso é entendido como *economia do cuidado*, o esquema em que as mulheres desempenham o trabalho invisível (e interminável) de cuidar. Entretanto, este trabalho, que inclui a manutenção da casa e dos filhos, não é valorizado. A dupla jornada de trabalho — laboral e doméstico — se torna uma realidade para muitas mulheres, e, para as jornalistas, esse fenômeno é particularmente acentuado, uma vez que a profissão exige dedicação intensa, prazos apertados e mobilidade, tornando a gestão da maternidade ainda mais desafiadora (Hirata, 2002).

De acordo com Goldin (1990), as mulheres são responsáveis por 75% do trabalho de cuidado não remunerado e a própria economia depende dessa estrutura. Trata-se de um trabalho invisível, sem o qual não existiria o que se chama de trabalho produtivo. A atividade doméstica não é considerada tarefa produtiva, e assim, não é remunerada. No entanto, segundo a pesquisa da vencedora do Nobel, representa 13% do PIB mundial, já que o trabalho produtivo precisa dele para se manter. Esse trabalho gera 10,8 trilhões de dólares à economia global — valor que, convertido em reais, chega a 50 trilhões —, ou seja, três vezes maior que o setor global de tecnologia, conforme dados da Oxfam Brasil (2020).

Historicamente, as mulheres vêm se mobilizando por mudanças. No século XIX, surgiram as primeiras manifestações femininas que exigiam jornadas mais curtas, aumento salarial e ambiente laboral mais seguro. Os primeiros avanços conquistados pelo movimento sufragista marcaram também mudanças significativas nas práticas laborais femininas: a regulamentação de cargas horárias, que passaram a ser menores; o direito ao descanso remunerado e a criação de normas de segurança no trabalho. McCann (1994) destaca que a atuação das mulheres foi primordial para as transformações em toda a legislação social e trabalhista, sendo um marco essencial para a construção de um mercado de trabalho mais protegido e equitativo.

O problema é que o patriarcado continua interferindo na organização social do trabalho, mantendo a mulher como a principal responsável pelas tarefas domésticas e pelo cuidado dos filhos, mesmo quando essa possui um emprego formal. Além disso, a cultura organizacional favorece um modelo de trabalho baseado na disponibilidade total (Pedro, 2010), segundo o qual o colaborador deve estar integralmente disponível para a empresa, logo, prejudicando profissionais que possuem responsabilidades familiares. Com isso, muitas mulheres, em especial as mães, enfrentam dificuldades para progredir em suas carreiras, optando, como consequência, por empregos mais flexíveis, menos valorizados social e economicamente, sem os direitos conquistados assegurados.

Voltemos nossa atenção a essa luta histórica sob a perspectiva das mães jornalistas. As primeiras participações da mulher na imprensa brasileira remetem ao século XIX⁶. Em 1855, Joana Paula Manso de Noronha lançava o primeiro periódico escrito e dirigido por mulheres, intitulado *Jornal das Senhoras*. Por volta de 1870, jornais como *O Sexo Feminino* e *A Família* incluíam entre as suas discussões o voto feminino, o acesso da mulher à instrução e ao trabalho.

6 Para saber mais sobre a história da imprensa feminina e feminista no Brasil, cf., por exemplo, Memorial do memoricídio (Duarte, 2022) ou os dois volumes de Imprensa Feminina e Feminista no Brasil (Duarte, 2018, 2023)

De um modo geral, as representações da imprensa feminina brasileira do século XIX estavam articuladas em dois polos principais: um deles, formado por periódicos que valorizavam a mulher em sua imagem de mãe e esposa, e outro mais voltado à conquista de direitos e focado na emancipação feminina. Uma das primeiras jornalistas brasileiras que se tem registro foi *Maria Josefa Barreto Pereira Pinto* que, em 1833, publicou o jornal legalista *Belona Irada Contra os Sectários de Momo*, criticando as ideias liberais defendidas pelos farroupilhas. Em 1884, *Narcisa Amália de Campos* fundou o jornal quinzenal *Gazetinha*, que trazia como subtítulo *folha dedicada ao belo sexo*. Sua projeção nacional veio por meio de seus artigos que defendiam as mulheres e o fim da escravidão. Outra figura importante do jornalismo feminino brasileiro foi *Eugênia Brandão*, considerada a primeira mulher a trabalhar como repórter no país. Sua atuação na imprensa começou quando tinha apenas 16 anos, trabalhando nos jornais cariocas *A Rua* e *Última Hora*.

Dois trabalhos recentes que li chamaram a minha atenção ao revelar como a luta das mães jornalistas é antiga no país. No trabalho de conclusão de curso “*Carta do Rio*”: a coluna de *Maria Clara da Cunha Santos* em *A Mensageira* (1897-1900), conhecemos um pouco da vida de *Prisciliana Duarte de Almeida*, editora da revista. Em 15 de outubro de 1897 nascia, em São Paulo, a revista *A Mensageira: revista literária dedicada à mulher brasileira*, fundada e editada por Prisciliana (1867 – 1944). Com a proposta de divulgar os escritos literários de mulheres, Prisciliana reuniu diversas colaboradoras que, quase sempre, assinavam seus nomes completos ao final dos textos que redigiram. A ideia era divulgar a produção literária dessas autoras e oferecer aos leitores criações inéditas a cada quinze dias. Ter um espaço reservado às mulheres permitia que, ao lado de seus escritos literários, divulgassem artigos sobre personagens femininas que, pelos dotes intelectuais, mereciam reconhecimento, constituindo-se em exemplo para as demais.

Figueiredo (2023) relata que a revista interrompeu sua circulação entre outubro de 1898 a janeiro de 1899, após a morte do filho mais novo de Prisciliana. Para De Luca (1999), um claro sinal do impacto dessa perda é observado em momentos posteriores, pois, sendo abertamente feminista e mantendo carreira como poetisa e escritora, a editora recebeu recriminação pela morte do menino. Foi acusada de descuido e negligência para com o filho por dedicar tempo ao trabalho.

Um episódio que serve de exemplo desse tipo de ataque sofrido pela autora é a acusação de ter abandonado a criança, mencionada no discurso proferido por *Aureliano Leite*, seu primo, ao tomar posse na *Academia Paulista de Letras (APL)*: “Prisciliana, roubando a maternidade momentos despreocupados, edita e redige a revista ‘*A Mensageira*’, de orientação inteligentemente feminista. Consegue à custa, sabe lá Deus de quantos sacrifícios mantê-la” (DE LUCA, 1999, p. 68). O fato de ter o seu caráter julgado publicamente desde a morte de seu filho mais novo pode ter sido determinante para encerrar a publicação, embora, naturalmente, a morte do filho não tenha sido de forma alguma provocada por atitudes de Prisciliana.

Este é um dos exemplos que ilustram o histórico do envolvimento das mães com o jornalismo que permite compreender como sempre foi difícil conciliar trabalho e maternidade, sem ser acusada de realizar um mal trabalho pelo tempo desviado no cuidado aos filhos, ou cuidar mal dos filhos por desviar seu tempo para o trabalho.

7 Disponível em <https://www.academia.org.br/eventos/gilka-machado-130-anos-de-poesia>. Acesso em 12 mar. 2025.

Outro caso que me chamou atenção foi o discurso de *Marialva Barbosa* (2023) na *Academia Brasileira de Letras (ABL)*⁷, em outubro de 2023, quando foi promovida uma leitura de poemas de *Gilka Machado* em homenagem aos seus 130 anos. A poeta nasceu no Rio de Janeiro em 1893 e morreu em 1980. Não era jornalista, mas tinha ampla relação com a profissão. Desde o início da década de 1920, participava ativamente de conferências nos lugares da moda e da mídia, frequentados por intelectuais (livrarias e sedes de jornais importantes, como o *Jornal do Commercio*, por exemplo). Enviava seus textos para divulgação em jornais e revistas e participava de saraus nos quais lia suas próprias poesias. Sua poesia era musicada e apresentada nos teatros mais importantes da cidade. Também participava de diversos concursos promovidos pelos periódicos, que se tornavam verdadeiras instâncias de consagração dos escritores.

Em seu discurso, Barbosa revelou que a vida de *Gilka Machado* foi marcada por dificuldades decorrentes do fato de ter ficado viúva aos 30 anos, com dois filhos pequenos para criar. Lutou pela sobrevivência e para ter recursos para educar e criar os filhos, tendo trabalhado duro na pensão que abria, logo após a morte do marido, e onde cozinava. Ao responder a um repórter da revista *Fon-Fon* (Zannon, 2007), em 1946, Gilka apontou, com desesperança, o que era ser intelectual mulher naquela sociedade:

No Brasil, a mulher é julgada sexualmente. Eu explico: as intelectuais interessam na proporção de seus encantos físicos e das suas amabilidades... Sempre pensei que devia bastar a obra, que é documento do valor. Mas não é o que observo? Uma poetisa ou escritora de salão interessa muito mais aos homens (*Fon-Fon*, 9 fev. 1946, p. 66, apud Zannon, 2007).

A exclusão sistemática das mulheres no jornalismo está profundamente relacionada à divisão sexual do trabalho, que, como aponta Hirata (2002), associa o trabalho intelectual e produtivo ao masculino, enquanto reserva às mulheres papéis subordinados e invisíveis. Nos Estados Unidos, conforme relata Flexner (1975), as mulheres só começaram a encontrar brechas na imprensa por meio de publicações próprias, ligadas aos movimentos sufragistas e de direitos civis. Uma das figuras mais emblemáticas foi Nellie Bly, que desafiou as normas de sua época ao se infiltrar em instituições psiquiátricas para denunciar abusos, contribuindo para legitimar a presença feminina em áreas do jornalismo investigativo. Ainda assim, como lembra Offen (2000), essa transição foi gradual e marcada por resistência institucional, com muitas redações recusando-se a contratar mulheres para coberturas políticas ou de “assuntos sérios”. O mesmo fenômeno foi observado na Europa, como também aponta Offen (2000), ao destacar a criação de periódicos femininos como estratégia de resistência frente à exclusão dos grandes veículos. Esses espaços alternativos foram fundamentais

para o fortalecimento do discurso feminista e para a afirmação da mulher como produtora de conhecimento e opinião. Como observa McCann (1994), a escrita tornou-se uma ferramenta de contestação social e construção de identidade de gênero.

No Brasil, Bruschini (2007) analisa como a entrada das mulheres no mercado formal de trabalho ocorreu de forma desigual e tardia, e o jornalismo não escapou a essa lógica. A autora aponta que a inserção feminina no campo jornalístico foi marcada por barreiras institucionais, sociais e familiares, sendo a maternidade um dos principais fatores limitadores da permanência e ascensão dessas profissionais. Essa lógica, segundo McCann (1994), não apenas impactou a trajetória das mulheres no jornalismo, mas também influenciou o conteúdo produzido, visto que as pautas femininas eram consideradas secundárias ou de menor relevância jornalística, perpetuando uma hierarquia de temas dentro das redações. As mulheres ingressaram nas redações por meio de temas considerados apropriados ao universo feminino, sendo relegadas a suplementos de moda ou crônicas sobre o lar e colunistas de comportamento. O acesso a áreas como política, economia ou investigação jornalística era negado sob argumentos de falta de racionalidade ou objetividade feminina – estigmas culturalmente reforçados ao longo dos séculos. A autora enfatiza que esse processo de entrada ocorreu em um contexto em que o trabalho feminino ainda era considerado complementar ao masculino, e não um espaço de realização ou autonomia. Como reforça Pedro (2010), as mulheres eram vistas como trabalhadoras “eventuais” ou “temporárias”, o que dificultava seu reconhecimento como profissionais legítimas.

O jornalismo atual, apesar dos avanços, ainda carrega marcas dessa estrutura histórica de exclusão. Como afirma Bruschini (2007), a superação dessas desigualdades depende de políticas de inclusão e da desconstrução dos papéis de gênero que naturalizaram, por tanto tempo, a ausência das mulheres nas posições de prestígio e poder nas redações.

CONCLUSÃO

Tilly e Scott (1978), ao discutirem as interseções entre trabalho, família e gênero, explicam como a expectativa social de que a mulher deveria priorizar o casamento e a maternidade constituiu das principais barreiras à sua permanência e ascensão em profissões como o jornalismo. Mesmo as pioneiras, ao conquistarem certo prestígio, eram frequentemente desvalorizadas diante de colegas homens, sendo rotuladas como “curiosas” ou “improvisadas”. Essa desqualificação simbólica é um exemplo claro do que Saffioti (2004) denomina como a *violência simbólica do patriarcado*, que naturaliza a inferioridade da mulher nos espaços de poder.

O trabalho como jornalista muitas vezes exige viagens e saída a campo em horários e dias alternativos, empreitadas especialmente difíceis para mães profissionais. Engajar-se em atividades de risco ou em investigações demoradas que demandem grande quantidade de tempo e energia, também pode ser mais complicado. No entanto, a solução não está em deixar de delegar estas

tarefas às mulheres mães, mas em pensar, sim, enquanto sociedade, em maneiras de reduzir essa desigualdade em relação aos homens assegurando-lhes as mesmas oportunidades.

A sobrecarga de trabalho afeta significativamente a saúde física e mental das mulheres, resultando em níveis elevados de estresse, cansaço crônico e, em alguns casos, quadros mais graves de saúde (Bruschini, 2007). A falta de tempo para o lazer e o autocuidado também é fator determinante para o aumento da ansiedade e da exaustão profissional, o que comprometendo o bem-estar integral das mulheres.

A pandemia de Covid-19 foi mais um fator a evidenciar a disparidade no tempo dedicado ao trabalho doméstico. Durante o isolamento social, com núcleos familiares inteiros dentro de casa, ficou evidente a sobrecarga de trabalho das mulheres que não tiveram as responsabilidades divididas. Após a pandemia, 45% das mulheres foram diagnosticadas com algum transtorno mental. Segundo a pesquisa *Esgotadas: empobrecimento, a sobrecarga de cuidado e o sofrimento psíquico das mulheres*⁸, entre os transtornos mais frequentes estão a ansiedade, a síndrome de burnout e a depressão (Think Olga, 2023). Fernandes e Maksud (2024) ressaltam que as redes sociais, enquanto um espaço de visibilidade para as mulheres, também funcionam como um ambiente de vigilância, no qual as mães jornalistas se veem constantemente julgadas tanto por suas escolhas profissionais quanto por suas decisões maternas. Outra pesquisa, da *Federação Nacional dos Jornalistas*⁹ (Fenaj, 2020), focada em jornalistas brasileiras que são mães, mostrou que a pandemia sobrecarregou a imensa maioria delas (85,9%), sobretudo as que contam com algum tipo de vínculo formal de emprego (58,5%). No exercício de uma atividade essencial, muitas delas não puderam cumprir a quarentena, pois tinham de fazer reportagens nas ruas, entrevistar pessoas ao vivo ou apresentar programas em suas emissoras. A pesquisa conduzida em agosto de 2020 por meio de um questionário online, recebeu 629 respostas de mulheres jornalistas e mães de todos os estados e do Distrito Federal.

Durante a pandemia, lembro-me de estar em casa, grávida e com meu filho pequeno, trabalhando em regime de home office, sozinha, enquanto cuidava dele, dava aulas on-line de jornalismo e escrevia minha tese de doutorado. Quase pifei. E não tive redução de prazos ou exigências de nenhuma parte. O esgotamento mental, físico e cognitivo das mulheres, contudo, não se originou na pandemia, as exigências da vida contemporânea e neoliberal as têm adoecido há décadas. As mulheres estão exaustas: a cada dez pessoas diagnosticadas com depressão ou ansiedade, sete são mulheres, ainda conforme a pesquisa *Esgotadas* supracitada. Por isso, é tão importante empreender estudos como este.

As soluções para a desigualdade e o desgaste sofrido pelas mulheres profissionais no país, incluindo as jornalistas, são coletivas, já que a superexploração das mulheres como *problema estrutural*. Trata-se de questões políticas nas quais não é possível responsabilizar a mulher pelo próprio adoecimento ou abandoná-la à própria sorte. Estratégias individuais de enfrentamento ao esgotamento mental são possíveis apenas para uma pequena parcela de mulheres.

8 Disponível em <https://lab.thinkolga.com/wp-content/uploads/2023/08/LAB-Esgotadas-Manifesto.pdf>. Acesso em 10 de janeiro de 2025.

9 Disponível em <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2020/08/PESQUISA-MULHERES-JORNALISTAS-NA-PANDEMIA-WEB.pdf>. Acesso em 10 de janeiro de 2025.

A maioria não dispõe de rede de apoio nem da possibilidade de terceirização dos serviços, como eu, por exemplo, disponho para conseguir trabalhar, estudar, escrever e discutir este tema.

Licença parentalidade, com afastamento igual para homens e mulheres, e acesso a creches com horários que respeitem o expediente dos pais e das mães são algumas medidas necessárias para amenizar a sobrecarga do cuidado. Horários de trabalho flexíveis, possibilidade de *home office* e o combate ao sexismo na remuneração são outras ações igualmente necessárias. Acima de tudo, é preciso discutir essa temática: na academia, nas redações e em todos os espaços que influenciam tantas mentes e podem estimulá-las a buscar soluções, sobretudo a partir do reconhecimento do problema. Por isso, reforço, é tão importante realizar pesquisas como esta.

O objetivo central deste trabalho é se debruçar sobre os caminhos das mães jornalistas do Brasil, que, como eu, lutam pelo seu direito a tomar a palavra, inclusive profissionalmente, e de serem ouvidas, respeitadas e auxiliadas em seus processos. Para isso, me inspiro em minha própria experiência para empreender um mergulho por dados, estatísticas e análises de autores que evidenciam os desafios de conciliar profissão e maternidade, além de exemplos históricos que revelam a longevidade da problemática. Naturalmente, dou voz a elas – as mães jornalistas – cujos testemunhos nos ajudam a compreender os obstáculos e desafios enfrentados por estas mulheres e refletir sobre os debates necessários para caminhos de soluções. Compreender essa trajetória é fundamental para reconhecer os mecanismos históricos de silenciamento feminino e, ao mesmo tempo, valorizar a luta contínua por equidade. A crescente representatividade feminina nas redações, embora ainda desigual, também é fruto das lutas feministas históricas. Somente com essa consciência crítica será possível construir um jornalismo verdadeiramente democrático, plural e representativo das diversas vozes sociais.

Como destaca McCann (1994), o feminismo não apenas denunciou as desigualdades de gênero no mundo do trabalho, mas também ofereceu ferramentas analíticas e políticas que permitiram às mulheres conquistarem voz e espaço nos meios de comunicação. Isso se traduziu, por exemplo, na criação de editorias especializadas em gênero e direitos humanos, além da maior valorização de pautas voltadas às questões sociais, antes negligenciadas.

A atuação dos *coletivos de mulheres jornalistas* também merece destaque. Surgidos em diversos contextos nacionais e internacionais, esses grupos têm promovido denúncias de assédio, pressionado por representatividade nas chefias e incentivado a produção de conteúdo mais diverso e sensível às desigualdades sociais. Segundo Pedro (2010), esses coletivos funcionam como espaços de acolhimento e resistência, onde a solidariedade de gênero se transforma em ação coletiva e transformação profissional. São redes que contribuem para enfrentar a lógica competitiva e excludente do jornalismo tradicional, criando alternativas colaborativas para a atuação feminina.

A estrutura das instituições sociais é permeada por uma lógica de gênero que reforça desigualdades históricas. No ambiente jornalístico, essas desigualdades

se manifestam em formas sutis e explícitas, como divisão desigual de tarefas, pautas e editorias, a limitação nas oportunidades de promoção e o sexismo presente no cotidiano das redações, com piadas e comentários machistas ou a falta de crédito dado a ideias e propostas feitas por mulheres, em contraste com as mesmas ideias e propostas feitas posteriormente por homens.

É urgente a adoção de políticas que incentivem a participação masculina nos trabalhos domésticos e o fortalecimento de programas que visem a equidade de gênero no ambiente corporativo. Esses são passos essenciais para a redução da sobrecarga feminina e para a promoção de uma sociedade mais justa. Nesse sentido, Saffioti (2004) argumenta que as iniciativas governamentais que garantem licença-maternidade, creches acessíveis e cotas para mulheres em espaços de liderança corroboram no papel de minimizar os obstáculos que dificultam a progressão profissional feminina.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Marialva. **Gilka Machado: um retrato no tempo, pelo tempo ou o deliberado esquecimento?** IN: Gilka Machado: 130 anos de poesia, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://www.academia.org.br/eventos/gilka-machado-130-anos-de-poesia>. Acesso em 10 fev. 2025.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**. Trad. Paulo Neves. 2 a ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BRUSCHINI, Maria Cristina. **Trabalho e Gênero no Brasil nos Últimos Dez Anos**. São Paulo: Senac, 2007.

CAMPOS, Paula Azevedo; FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. **Sou mãe: e agora? Vivências do puerpério**. Psicologia USP, v. 32, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-6564e200211>. Acesso em: 18 mai. 2025.

COFFEY, Amanda. **The ethnographic self: fieldwork and the representation of identity**. Londres: Sage, 1999.

DE LUCA, Leonora. **A Mensageira: Uma revista de mulheres escritoras na modernização brasileira**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1999.

FERNANDES, Camila Rebouças; MAKSDUD, Ivia. **Mulheres, maternidade, não maternidade e mídias sociais: reflexões sem tabus**. Interface (Botucatu), v. 28, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/interface.230300>. Acesso em: 9 abr. 2025.

FIQUEIREDO, Raquel de Jesus Pereira. **“Carta do Rio”: a coluna de Maria Clara da Cunha Santos em A Mensageira (1897-1900)**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2023.

FLEXNER, Eleanor. **Century of Struggle: The Woman's Rights Movement in the United States**. Cambridge: Harvard University Press, 1975.

GOLDIN, Claudia. **Understanding the gender gap: an economic history of American women**. Oxford: Oxford University Press, 1990

HIRATA, Helena. **Gênero, trabalho e mobilidade**. São Paulo: Senac, 2002.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2002.

Recebido em:

05/10/2024

Aprovado em:

05/10/2025

Disponibilidade de dados de pesquisa:

Os dados de pesquisa estão disponíveis no corpo do documento.

Editores responsáveis:

- Adriana Teixeira
- Fábio Fonseca de Castro
- Maurício Ribeiro da Silva
- Norval Baitello

IBGE. **PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**

Contínua. Site do IBGE, janeiro de 2025. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html>. Acesso em 10 fev. 2025.

LEITE, Aline Tereza Borghi. **Editoras, repórteres, assessoras e freelancers:**

diferenças entre as mulheres no jornalismo. Cadernos de Pesquisa, v. 47, n. 163, p. 152–177, jan./mar. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053143810>. Acesso em: 21 abr. 2025.

MCCANN, Carole. **Feminist Theory Reader Local and Global Perspectives**. New York: Routledge, 1994.

OFFEN, Karen. **European Feminisms, 1700-1950: A political history**. Stanford: Stanford University Press, 2000.

OXFAM. **Relatório sobre nós e a desigualdade “tempo de cuidar”** [Internet]. 2020. Disponível em: <https://oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/tempo-de-cuidar>. Acesso em 31 jan. 2020.

PEDRO, Joana Maria. **Mulheres e Trabalho: História e Desafios**. Florianópolis: UFSC, 2010.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Sílvia Matheus. **O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios**. Plural, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 214-241, 2017. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/plural/article/view/113972>. Acesso em: 18 mai. 2020.

SCOTT, Joan. **Gênero e a política da história**. Lisboa: Edições Afrontamento, 1990.

TILLY, Louise; SCOTT, Joan. **Women, Work, and Family**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1978.

CRISTINE GERK

É doutora em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação Social da UFRJ, onde atualmente faz pós-doutorado. Atua como editora em jornais do Rio de Janeiro há 19 anos e é professora de graduação e pós-graduação há 11 anos.

crisgerk@gmail.com